DESCOLONIZANDO PERSPECTIVAS SOBRE A PRODUÇÃO DE SABERES E FAZERES: O PODER EM MOVIMENTO DAS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

Ana Paula do Val[1], Flávia Landgraf[2] e Jocastra Holanda[3]

A diversidade cultural: uma perspectiva sob a ótica de mulheres

A pauta da diversidade cultural emerge na contemporaniedade como um conceito jurídico, político e acadêmico no campo dos estudos e práticas sociais sobre identidades, culturas, criação, produção, saberes e fazeres, tensionado por disputas de narrativas, lugares de fala, territórios, direitos culturais, visões hegemônicas e contra-hegemônicas dos sistemas-mundos.

A importância da cultura como um direito a ser garantido nos marcos jurídicos da agenda internacional foi capitaneada, no pós-guerra, pelas Nações Unidas com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1945. Gerada "com o objetivo de garantir a paz por meio de cooperação intelectual entre as nações" (UNESCO, s/d), a UNESCO orienta sua atuação às áreas de fomento e promoção de ações e políticas de educação, ciências naturais, ciências humanas e sociais, cultura e comunicação e informação.

É sabida a notória importância da UNESCO e de marcos internacionais para a garantia, legitimação, reconhecimento, difusão e preservação da diversidade cultural enquanto um patrimônio universal e da humanidade. Além de suas contribuições na elaboração e aplicação de instrumentos normativos no âmbito cultural, salvaguarda do patrimônio cultural, na

1 Ana Paula do Val atua como gestora cultural, professora, pesquisadora, artista, arquiteta e urbanista e integra os grupos de pesquisas do Observatório da Diversidade Cultural e do Maloca. Mestra em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo, especialista em Políticas Públicas para América Latina Clacso e em Cultura e Comunicação pela Universidade Paris VIII. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Fundação Armando Álvares Penteado e em Artes Plásticas pela Schule Belletristik.

2 Flávia Landgraf atua com produção e gestão cultural e em pesquisas no campo das políticas culturais. e integra os grupos de pesquisas do Observatório da Diversidade Cultural. Mestra em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, especialista em Gestão de Projetos Culturais e graduada em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo.

3 Jocastra Holanda atua como produtora cultural na Universidade Federal do Ceará e integra o grupo de pesquisa do Observatório da Diversidade Cultural. É Mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Gestão e Políticas Culturais pela Universitat de Girona e Observatório Itaú Cultural.

proteção e estímulo à diversidade cultural, bem como no fomento ao pluralismo e ao diálogo entre as culturas e nações.

A pauta da diversidade cultural, no que tange seus instrumentos normativos, passou a ter espaço mais consequente na agenda da UNESCO no final dos anos de 1990, quando mobilizou uma extensa discussão global. Os tensionamentos giravam em torno da exploração de mercados culturais sem limitações e fronteiras e, em contraponto, aos países poderem adotar medidas protecionistas a fim de preservar a diversidade cultural em suas nações (SMIERS, 2014[4], p.125 apud KAUARK, 2017).

De forma sintética, a UNESCO foi responsável pela produção de diversos instrumentos legais internacionais de caráter vinculante, envolvendo quatro áreas que compõem o campo do que a agência nomeia como diversidade criadora: patrimônio cultural e natural, patrimônio cultural material, imaterial e criatividade contemporânea. Os resultados mais concretos da agência nesta mediação global foi a elaboração de sete convenções discutidas e pactuadas com seus países signatários.

Vale destacar que a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais de 2005 é a convenção mais ligada ao patrimônio, e que tem maior foco na diversidade das expressões culturais (CONVENÇÃO Ratificada Brasil, p. 21). Entretanto, não podemos deixar de salientar que a Convenção acaba por priorizar seus esforços em incidir no campo da diversidade cultural pelos seus aspectos econômicos. Contudo, é importante que se faça uma distinção entre a Declaração Universal da Diversidade Cultural, de 2001, e a Convenção de 2005, pois, como apontou Anthony Krause, chefe da unidade de pesquisa e políticas do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Cultural, em entrevista para Kauark:

> *"[...] o importante é diferenciar a Declaração sobre a Diversidade Cultural e a Convenção sobre a Diversidade das Expressões Culturais. Porque as pessoas fazem sempre a confusão e é muito importante fazer a distinção porque quando falamos sobre a Declaração, as pessoas imediatamente pensam: direitos culturais, direitos da comunidade, língua indígena, a diversidade linguística ou o diálogo intercultural... A Convenção não tem nada a ver com todas estas questões, estamos a falar da diversidade das expressões culturais então, na verdade a Convenção trata de bens e serviços culturais e é por isso que precisamos destacar (KAUARK, 2017, p.6 [tradução]).*

4 SMIERS, Joost. Diversidade cultural como um conceito político: oportunidade e falha. (... e ainda alguma esperança se você desglobalizar um pouco). In: MIGUEZ, Paulo, BARROS, José Márcio, KAUARK, Giuliana (orgs.). **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 125-145. (Capítulo de Livro)

Embora os debates relativos às questões de gênero e ao direito das mulheres estivessem presentes em outros âmbitos da Organização das Nações Unidas, o texto da Convenção[5] pouco versa sobre esses temas. Contemplado por duas vezes na redação - na abertura da Convenção e no Art.7º[6] - o enunciado "mulheres" é acionado para veicular a cultura como fator de melhoria da condição da mulher e como estratégia de sua participação na cadeia de produção artística e cultural. Além disso, o termo mulheres universaliza questões que precisam ser particularizadas. É preciso que se considere os contextos territoriais, socioeconômicos, de raça e etnia, de acesso a serviços e meios de produção, entre outras clivagens, para se pensar quem são estas mulheres do enunciado da Convenção. São muitas mulheres, assim como a pauta de gênero é muito mais ampla e complexa - ressaltando que as mulheres não são as únicas protagonistas desta chave -, sendo assim é de extrema importância que se visibilize essas diversidades que a pauta envolve. Assim, nos parece importante que estas especificidades estejam nos nortes que a Convenção deva perseguir, caso contrário muitas mulheres continuarão invisíveis e dominadas por visões hegemônicas.

Saindo do campo discursivo dos documentos normativos, e pensando nas ações e contribuições da Convenção na prática, as pautas de gênero e mesmo aquelas referentes somente às mulheres ainda se mostram incipientes. É a própria UNESCO quem referenda esta avaliação no capítulo "Igualdade de gênero: ausente na prática", de Ammu Joseph, publicado no Relatório Global "Re Pensar as Políticas Culturais", de 2018, a partir de relatórios quadrienais[7] produzidos pelos países signatários da Convenção. A autora aponta que houve avanços. Contudo, a inclusão das mulheres no contexto da circulação de bens e serviços culturais e o direito à mobilidade

5 Enfatizando a importância da cultura para a coesão social em geral, e, em particular, o seu potencial para a melhoria da condição da mulher e de seu papel na sociedade. (CONVENÇÃO, 2005)

6 Art -7o : Medidas para a promoção das expressões culturais:

(...)

a) criar, produzir, difundir, distribuir suas próprias expressões culturais, e a elas ter acesso, conferindo a devida atenção às circunstâncias e necessidades especiais da mulher, assim como dos diversos grupos sociais, incluindo as pessoas pertencentes às minorias e povos indígenas." (CONVENÇÃO, 2005)

7 Relatórios Periódicos Quadrienais (RPQ) apresentados pelas Partes (procedimento aprovado pela Conferência das Partes da Convenção em 2011).

artística ainda estão ligados aos circuitos mais hegemônicos onde predominam os cânones das expressões contemporâneas das artes e da cultura, com estreitas relações com as indústrias culturais, criativas e de tecnologias digitais. Sendo em grande medida laureados representantes da "diversidade nacional".

Esse Boletim se alinha aos esforços para **descolonizar o campo de discussão da diversidade cultural** e, neste sentido, reconhecer que as acepções sobre diversidade cultural são múltiplas e complementares e que estão atravessadas por contextos territoriais clivados por marcadores de raça, gênero, classe social, liberdades e acesso à democracia. Para tanto, adotamos uma perspectiva que contemple as diversas formas de produção de conhecimentos e subjetividades, para que possamos contrapor este imaginário de hegemonia colonial, ocidentalizada e de Primeiro Mundo, ao qual os países, sobretudo do sul global, estão submetidos.

Descolonizar a diversidade cultural passa por reconhecer e incorporar as diversas produções de conhecimento sobre o mundo, que chamamos aqui de Epistemologias. Para tanto, esse processo tem provocado o deslocamento dos centros para as fronteiras - ou para as margens, no sentido proposto por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes. Deslocamento este que tem incidido duplamente no sentido de produzir desestabilizações e rupturas teóricas e práticas - tendo entre seus pressupostos básicos a problematização da concepção essencialista de sujeito universal - e no reconhecimento da diferença como postura epistemológica. Desta maneira, o campo de debate da diversidade cultural pode ser também um espaço de promoção da pluralidade epistêmica. O reconhecimento da diversidade cultural, a qual, no limite, trata também de uma diversidade ontológica, se revela também na possibilidade de compreender a multiplicidade de formas de ser e estar no mundo e, portanto, a diversidade epistemológica que nele habita (KAUARK, 2017; MENEZES, SANTOS, 2009).

É importante, portanto, que as discussões sobre a diversidade cultural levem em conta o papel da produção de conhecimentos a partir de protagonistas e práticas culturais diversas, múltiplas e plurais em contextos distintos. Uma das linhas que argumenta a urgência dessa abertura, especificamente quanto à produção modos de fazer e compreender o

mundo, é a das Epistemologias Feministas, tema dessa edição do Boletim.

O poder em movimento das epistemologias feministas

As Epistemologias Feministas vêm se construindo como um campo de pesquisa voltado ao estudo sobre a incidência das questões de gênero na estruturação de concepções acerca do conhecimento. A raiz da palavra Epistemologia é grega. Vem de *episteme*, conhecimento, e *logos*, estudo. Em outros termos, seria a teoria do conhecimento, ou o campo filosófico que se ocupa de estudar o conhecimento, nas suas mais diversas áreas, do que este consiste, quais seus métodos e como justificá-lo. Refletida sob a ótica feminista, a epistemologia - como bem colocado por nossa entrevistada neste Boletim, **Helena Silvestre** - "é uma palavra sofisticada para uma necessidade urgente que é a de evidenciar que produzimos diferentes modos de pensar tão relevantes quanto os modos que se reconhecem como ciência, conhecimento, sistematização".

Ao evidenciar os diferentes modos de pensar, sem hierarquizações e igualmente relevantes a outros, como afirmou Silvestre, as Epistemologias Feministas desafiam o modelo "clássico" de produção científica e questionam os conceitos centrais que pautaram as discussões gnosiológicas e orientaram o ideal de cientificidade, como os conceitos de razão e objetividade.

É também papel das Epistemologias Feministas a denúncia acerca do sexismo e do machismo presentes nas relações de poder que constituem o campo científico. São demonstrados como mecanismos e conceitos que permeiam a definição de ciência e do fazer científico – metodologias, procedimentos de pesquisa – excluem as mulheres. Ou seja, parte-se da leitura de que o modelo a partir do qual a produção dos saberes foi desenvolvido tem um duplo papel: epistêmico e político. Político na medida em que reforça que o lugar (das margens) da mulher é no lar, na família, na esfera privada, sendo essas práticas consideradas como inferiores e menos valorizadas em relação às práticas masculinas. E epistêmico ao fundar-se na acepção de que o meio de expressão das mulheres é restrito ao domínio do afeto, dos sentimentos, das emoções e da subjetividade, em contraposição à suposta objetividade e racionalidade científicas. Em

síntese, reforça um lugar de inferioridade física e cognitiva das mulheres, referendando às relações de dominação a que foram submetidas ao longo da história. Pensar em Epistemologias Feministas é, assim, um jeito de pensar o mundo a partir de um olhar que entenda que fomos construídos de uma maneira estruturalmente desigual.

A publicação *Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações (2017)*, de Patrícia Ketzer, por exemplo, analisa a história do fazer científico e identifica maneiras pelas quais práticas de justificação, aquisição e atribuição do conhecimento colocaram as mulheres em desvantagens sistemáticas, e entendê-las é essencial para que possamos avançar. Afinal, ao evidenciarmos que o modo de produção de saberes e os padrões de normatividade científicas foram construídos a partir de um caráter particularista, ideológico, sexista, profundamente racista, concluímos que as supostas noções de objetividade e neutralidade são falsamente imparciais. Esse é um dos principais trunfos da crítica feminista, a demonstração de que "o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença", como aponta Margareth Rago (1998, p.4). Nessa lógica, o sujeito da produção de conhecimento, pretensamente universal, em verdade é associado à identidade de um homem, branco, cisgênero, heterossexual, de Primeiro Mundo. A conquista de espaço e reconhecimento por aquelas e aqueles que escapam a esse modelo de referência implica em caminhos mais longos e tortuosos.

Portanto, é na luta pela emancipação, "na luta pela visibilidade da "questão feminina", pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento" (RAGO, 1998, p.7-8). Assim emerge a crítica à exclusão das mulheres do processo de produção do conhecimento e o deslocamento epistêmico que promove a inclusão dos temas sobre/com mulheres. Um espaço em que falem de si, em que possam contar suas histórias, suas práticas sociais e experiências, e tensionar criticamente as relações opressivas e desiguais a que estão submetidas. Espaço, este, fundamental para as transformações teóricas e práticas em curso. Como, por exemplo, aquele que vem sendo trilhado por **Andréia Moassab**, nossa entrevistada, como docente da UNILA.

> *"Uma primeira questão fundamental para ampliar a visibilidade das mulheres na arquitetura é, a meu ver, aumentar maciçamente o repertório dos e das estudantes sobre arquitetas mulheres. Defendo que é altamente necessário, ademais, a inclusão de uma perspectiva feminista em arquitetura por expandir as possibilidades de um desenho de espaço e de território mais inclusivos para mulheres, crianças, idosos/as e, digamos assim, dos "corpos desviantes", todos aqueles refutados pelo capitalismo e o desenho espacial a ele atrelado".*

Logo, pensar em Epistemologias Feministas é assumir que produzir conhecimento é necessariamente fazer política em contraposição ao interesse dominante e hegemônico. Alinhado ao feminismo que busca transformações nas estruturas sociais reprodutoras de desigualdades, esse Boletim refuta possíveis compreensões reformistas do feminismo, que argumentam o feminismo como um estilo de vida, ou que enfatizam somente a igualdade de gênero. A fala de **Nanda Rossi**, nossa entrevistada que dialoga sobre as interfaces entre os feminismos e a militância bissexual, retrata sua percepção acerca da relevância em estar atenta a estas múltiplas frentes:

> *"Hoje também percebo a necessidade de expandir nossas discussões para além da afirmação da identidade (...). Acredito que a crítica ao capitalismo, ao sistema binário de gênero e sexualidade, à heteronormatividade, ao cissexismo, ao racismo e outras conformações devem ser sempre lembradas."*

A militância histórica de mulheres negras, mulheres periféricas, mulheres do Terceiro Mundo, mulheres indígenas, mulheres de sexualidades dissidentes, *daquelxs* que refutam a categorização de gênero binária, e tantas outras, apontam para a importância em não se reproduzir sistemas de opressão dentro do campo dos feminismos. As críticas a respeito de um feminismo essencialista, que não incorpora entre suas pautas questões que derivam de outras clivagens sociais como a de raça, de classe, aquelas referentes à orientação sexual ou mesmo o pensamento binário e suas repercussões na construção da compreensão de gênero. O olhar interseccional para as diversas clivagens - raça, etnia, gênero, sexualidade, classe social -, é, portanto, indispensável para que as experiências das mulheres e as dinâmicas de exclusão e privilégios sejam apuradas com profundidade, complexidade e pluralidade nas teorias e práticas epistemológicas.

As reflexões, histórias e experiências contadas por cada uma das mulheres entrevistadas nesta publicação evidenciam parte dessas interseccionalidades e diversidades de visões, modos de ser, agir e interagir no e com o mundo. Também visibilizam como suas histórias individuais são conectadas, de algum modo, a lutas coletivas, sendo todas perpassadas pela necessidade comum e urgente de construir solidariedades na luta política pelo fim das exclusões, opressões e violências.

Considerando que as Epistemologias Feministas se definem como um campo - com temas, sujeitos, objetos e questões - e uma forma de produção do conhecimento, seria interessante, por fim, pontuar questionamentos importantes, mas também polêmicos, que algumas teóricas têm levantado: existiria uma maneira feminina de repensar a atividade filosófica? Como pensar metodologias alternativas na perspectiva das Epistemologias Feministas?

Evidentemente esse texto será insuficiente para se debruçar e abranger as particularidades teóricas e metodológicas, então, nosso interesse aqui é trazer à luz dessa discussão, com o risco das lacunas, apenas algumas das abordagens e possíveis caminhos em construção de metodologias e procedimentos epistemológicos feministas.

A maneira pela qual se estabelece a relação sujeito e objeto do conhecimento, na perspectiva crítica das Epistemologias Feministas, coloca em xeque o critério objetivista, racional e neutro da epistemologia hegemônica. Como explica Janyne Sattler, professora de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)[8], há a proposição de uma abordagem de "sujeito situado" e "conhecimento situado" com os marcadores de gênero. A "situação" em questão significa considerar as determinações dadas sobre o indivíduo: "determinações contextuais, históricas, temporais, culturais, linguísticas, políticas, éticas, sexuais, étnicas, relacionais, interacionais, subjetivas, intuitivas, emocionais". Nesse aspecto, as Epistemologias Feministas são como uma espécie de epistemologia social, pois nelas, "a análise dos processos (de acesso, expressão, padrões de justificação e de autoridade epistêmica) do conhecimento reclama a consideração das atribuições sociais tanto quanto subjetivas de identidade,

8 SATTLER, Janyne. **Epistemologia Feminista**. s/d. Disponível em <https://ppgd.ufsc.br/files/2019/05/Epistemologia-Feminista-texto-para-leitura-pr%C3%A9via.pdf> Acesso em 16 maio 2020.

pertença, relacionamentos, papéis e deveres sociais, e a maneira como estas acabam distribuindo direitos e poderes" (SATTLER, s/d, p.7).

Nesse sentido, é possível também observar que as teorias feministas incorporam um olhar para o sujeito de maneira a compreendê-lo dinamicamente, em associação às implicações culturais, e inserido em campos complexos em que se dão relações sociais, sexuais, étnico-raciais etc. Assim, o feminismo delineia "um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade" (RAGO, 1998, p.11). Estar no coração do mundo pode ser um território polêmico e não isento de tensionamentos epistemológicos, mas, sem dúvida, também revela possibilidades de rupturas libertárias, assim como é o feminismo.

Esse processo de conhecimento construído por indivíduos em interação pede o reconhecimento das próprias relações de dominação e poder nela presentes, e da adoção de uma perspectiva que evidencie as desigualdades e divisões existentes numa sociedade. Tal entendimento permite, por exemplo, o questionamento e ruptura dos modelos dicotômicos de leitura do mundo (mente/corpo, razão/emoção).

Os sujeitos do conhecimento também não são exclusivamente as mulheres, podem ser homens ou mesmo a própria comunidade. Ainda que possa ser controversa essa questão, Kertzer (1998, p.105) afirma que "tanto homens quanto mulheres podem realizar pesquisa a partir de uma abordagem feminista". A autora argumenta que o aspecto primordial a ser observado é "o que na prática possibilita a modificação das problemáticas que a Epistemologia Feminista levanta, acerca de uma produção do conhecimento androcêntrica". Agrega a essa perspectiva a provocação de bell hooks (2018, p.130) ao dizer que mesmo que todas as mulheres do mundo se tornem feministas, "se os homens permanecerem sexistas, nossa vida ainda será desvalorizada". É nesse tom que hooks, em *O feminismo é pra todo mundo*: *políticas arrebatadoras* afirma: "é urgente que homens levantem a bandeira do feminismo e desafiem o patriarcado. A segurança e a continuidade da vida no planeta exige a conversão feminista dos homens".

Quanto à "epistemologia socializada", Sattler (s/d, p.17) vai dizer que o "sujeito do conhecimento pode ser a própria comunidade", isto

é, coletivos "ou grupos humanos específicos". Também relacionando às entrevistas que integram este Boletim, embora não tenhamos a fala coletiva de um grupo ou coletivo organizado por mulheres, trazemos aqui a experiência e narrativa da Cacica e Pajé **Mukani**, cuja fala é marcada pela representatividade coletiva da sua comunidade, os Shanenawa - um povo produtor de saberes, fazeres e conhecimentos ancestrais.

A proposição, enfim, é mirar as Epistemologias Feministas como campo de investigação aberto a uma pluralidade de visões metodológicas que são consideradas cooperativas e não dicotômicas ou excludentes:

> *(...) uma investigação sobre métodos alternativos de análise e discurso epistemológico e científico em direção a compreensões do mundo que possam ser não quantitativas, não competitivas e não meramente argumentativas, mas mais holísticas, mais narrativas, sintéticas, intuitivas e imaginativas e mesmo amorosas – de cuja legitimação depende o reconhecimento de estilos cognitivos plurais em conjunção com as diferentes visões de mundo, crenças e saberes daí resultantes. (SATTLER, s/d, p.10)*

A pluralidade metodológica é uma característica inerente e genuína de um campo que está aberto e em construção, tendo em vista também que os feminismos e, portanto, as epistemologias feministas são necessariamente plurais.

Reconhecer outro estilo cognitivo é o que faz nossa entrevistada **Ana Gualberto**, quando responde acerca de sua escolha metodológica para a sua dissertação, por exemplo. Ana explica ter usado o mesmo formato, tanto para citação direta da bibliografia, quanto para os depoimentos das quilombolas entrevistadas na sua pesquisa de campo, por considerar "que as palavras destas mulheres têm valor de referencial teórico, tendo em vista seus posicionamentos e seus acúmulos" (GUALBERTO, 2018).

Pensar em Epistemologias Feministas é, duplamente, pensar criticamente acerca das bases da produção de conhecimento que se pretendia universal, válida, neutra, incontestável, e buscar contribuir para a construção de novas e potentes teorias e práticas de produção de conhecimento a partir da diferença, que ampliem a perspectiva de como se vê e constrói o mundo e a si mesmo. Sobretudo, que pense a partir dos/as excluídos/as e dos/as invisibilizados/as - negros, indígenas, quilombolas, favelados, camponeses, LGTBQI+, mulheres -, é mais que fundamental, é urgente.

O que fazemos está sempre fundamentado em um sistema de pensamento. Seja conscientemente, quando explicamos as razões para nossas ações, ou não, quando realizamos alguma ação sem, necessariamente, refletir sobre os motivos disso, há teorias que balizam nossa maneira de estar no mundo. Este Boletim nasce do desejo de engrossarmos o fluxo dos rios que documentam o trabalho essencial de produção de modos de fazer e pensar feministas.

Feministas não simplesmente por advirem de mulheres. Como nos lembra bell hooks (2018, p.217), "ser membro de um grupo explorado não torna ninguém mais inclinado a resistir". Feministas por serem experiências que agregam a escolha por questionar o sexismo e as opressões, a busca por conhecer os sistemas sociais que institucionalizam e estruturam as formas de dominação, e a ação cotidiana e política que contribui para um mundo mais horizontal, menos injusto, mais livre.

Dentre o muito que essas entrevistas nos oferecem, elas também guardam testemunhos da beleza e do impacto construtivo do feminismo. Elas narram o caminho de mulheres na identificação das repercussões do pensamento sexista em suas vidas. E aqui falamos das opressões a que estão sujeitas, mas também na busca da autotransformação. Afinal, como ilustra Manuela D'Ávila: o patriarcado é como uma piscina, alguns estão só com o pezinho nela, outros, se afogando. Infelizmente, no nosso processo de socialização somos ensinados a naturalizar a dominação masculina e a ver indivíduos sob a ótica sexista. Enxergar isso, lutar contra as estruturas que alimentam essa dominação, confrontar o sexismo internalizado, reelaborar crenças e mudar atitudes, são caminhos trilhados a cada dia.

Assim como não há só um feminismo, não há um caminho único para ele. Pessoas de diferentes origens, com diferentes experiências, que se identificam de maneiras diferentes, dialogam com diferentes feminismos. São muitos os contornos. Neste Boletim temos representantes de alguns deles. Mas todas elas partilham uma ideia que associa o feminismo à uma luta por direitos. Sobre mulheres terem direitos iguais. Sobre, para isso, reconhecer que existem outros fatores, para além do gênero, que incidem sobre a posição social das mulheres. E que reconhecer os privilégios e as desigualdades é o primeiro passo na construção de relações mais justas e enraizadas numa ética de interdependência e mutualidade. Elas também

partilham da valorização de uma prática feminista que seja inclusiva, que fale fácil sem ser simplista, que atribua valor ao trabalho que cria e cuida, que constrói conhecimento e que o compartilha.

No Brasil de hoje, em que representantes políticos alcançam eleitores com discursos que distorcem a realidade e equiparam o feminismo ao machismo, é urgente criarmos oportunidades para que cada vez mais pessoas se aproximem dos feminismos reais. Para que vejam que o feminismo trata de amor, respeito e liberdade: de amor próprio, do respeito à diferença e do anseio por criar uma sociedade em que as pessoas tenham liberdade de sonhar e de buscar ser o que desejam.

REFERÊNCIAS

GUALBERTO, Ana. **Identidades e Direitos** - Mulheres Lideranças dos Quilombos de Barroso e Jetimana, Camamu/BA. Dissertação Mestrado Pós-Cultura, Universidade Federal da Bahia, IHAC, Salvador, 2018.

HOOKS, bell. **O Feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. (recurso digital)

KAUARK, Giuliana. Decolonizar a diversidade cultural: Outras interpretações possíveis sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 03, ed. especial, dez., artigo no 573, 2017.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Revista de Filosofia Argumentos**, ano 9, n. 18 - Fortaleza, jul./dez. 2017

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, J.; GROSSI, M.(orgs.) - **Masculino, Feminino, Plural.** Florianópolis: Ed. Mulheres,1998.
SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra: CES, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES, 2009.

SATTLER, Janyne. **Epistemologia Feminista.** s/d. Disponível em <https://ppgd.ufsc.br/files/2019/05/Epistemologia-Feminista-texto-para-leitura-pr%C3%A9via.pdf> Acesso em: 16 maio 2020.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais**. Paris, 2005.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais**. Texto Oficial Ratificado pelo Brasil pelo Decreto Legislativo 485/2006. Paris, 2006.

UNESCO. **Declaração sobre a Diversidade Cultural.** Paris, 2001.

UNESCO. **Re|Pensar as políticas culturais:** criatividade para o desenvolvimento 2018; relatório global da Convenção de 2005. – Brasília: UNESCO, 2018.

UNESCO. **UNESCO:** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. ONU Brasil, s/d. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em: 15 abril de 2020.